

Video-sequestro: porta-voz do dissenso

André Brasil

A experiência histórica se faz pela imagem, e as imagens são elas mesmas carregadas de história. Poderíamos considerar a nossa relação com a pintura sob este aspecto: não se trata de imagens imóveis, mas antes de fotogramas carregados de movimento que provêm de um filme que nos falta. Seria preciso restituí-las a esse filme.¹

Se concordamos com Agamben, as imagens são cortes móveis no movimento heterogêneo e descontínuo da história. A história é um filme, ela é feita de imagens, mas este filme nos falta. É justamente essa falta, esse lapso, que nos permite, por meio das imagens, reinventar a história, torná-la novamente possível. É por isso que a matéria-prima da história não são os fatos, mas a memória. A história é um filme que se repete, mas, a cada repetição, ele é diferente, ele se defasa de si mesmo: o mesmo filme, sempre outro filme.

Essa diferença no interior da repetição é o que faz da história algo político: é nessa diferença, nesse lapso, nesse intervalo entre o que passou e o que vai se passar que a política se torna possível. As imagens são políticas quando apontam para um *pode ser* no interior de um *isso foi*. E também quando acusam um *isso foi* que permanece, sempre, no interior deste *pode ser*. Em outras palavras, as imagens são políticas quando *virtuais* e quando *anacrônicas*.

Hoje, mais do que nunca, nos cabe perguntar: como fazer política com as imagens, quando elas estão coladas ao mundo, quando são coextensivas ao acontecimento, à atualidade do mundo? Como pensar a política das imagens quando elas estariam esvaziadas de suas virtualidades e de seus anacronismos, de suas diferenças e defasagens?

¹ Tradução literal nossa. No original: “L’expérience historique se fait par l’image, et les images sont elles-mêmes chargées d’histoire. On pourrait considérer notre rapport à la peinture sous cet aspect : ce ne sont pas des images immobiles, mais plutôt des photogrammes chargés de mouvement qui proviennent d’un film qui nous manque. Il faudrait les rendre à ce film.” Cf. AGAMBEN, Giorgio. Le cinéma de Guy Debord. In: Agamben, G. *Image et Mémoire*. Paris: Ed. Hoebeke, 1998.

O seqüestro



Vejamos uma experiência difícil, polêmica, problemática: o seqüestro pelo PCC (Primeiro Comando da Capital) do jornalista da Rede Globo Guilherme Portanova e do auxiliar técnico Alexandre Calado. Na madrugada de domingo, 13 de agosto de 2006, o Plantão de Jornalismo da emissora exibe imagens precárias e instáveis, pouco comuns para o padrão de qualidade da Globo: elas mostram um jovem encapuzado que lê um comunicado. Entre desafiante e hesitante, o jovem enuncia a mensagem, misto de discurso jurídico e reivindicação política. A exibição do vídeo pela Rede Globo era a contrapartida exigida pelo PCC para a libertação da equipe, seqüestrada na manhã de sábado. Imediatamente após à aparição das imagens em rede nacional, o vídeo já estava disponível no YouTube², este que funcionou como espécie de caixa de ressonância do fato.

Para além dos juízos de valor mais imediatos, este vídeo-seqüestro se situa em uma zona limítrofe, paradoxal: ali convivem formas arcaicas da violência e dispositivos avançados de comunicação móvel; o discurso desautorizado e o discurso especialista; a visibilidade e o encapuzamento; o espaço fechado da prisão e o espaço liso da telepresença.

² O vídeo está disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=enHhZ9F42Z8>. Acesso em 12 dez. 2007.

Este é um *vídeo-acontecimento*. Analisá-lo só é possível por meio de uma pragmática, atenta ao que está representado na imagem, mas também a tudo aquilo que a provocou e que continua para além dela. Vídeo-acontecimento porque, nele, o evento e a imagem tornam-se intercambiáveis, coextensivos, quase indistintos: a virtualidade da imagem está colada à sua atualidade, uma dimensão intervindo na outra, em uma espécie de curto-circuito entre o fato e sua imediata circulação midiática. Sim, o mundo passa a fazer cinema e o seqüestro é o que faz reverberar um mundo no outro, nos faz atravessar de um a outro, o mesmo mundo. Através do seqüestro, a realidade pede como resgate aquilo que a ficção havia lhe roubado.

Defender a dimensão política deste vídeo não é tarefa fácil, algo que se dê de maneira direta. Ela não está no caráter reivindicativo do comunicado. Tampouco, no embate entre poderes: a mídia, o Estado, a justiça, a organização criminosa. Para além de todos estes aspectos, mas estreitamente ligado a eles, o vídeo-seqüestro é político, principalmente, porque opera no âmago de um regime estético, de um regime de sensibilidade, de visibilidade e de crença. O que ali se pede como resgate é a própria linguagem. Sua força política está no fato de que o vídeo intervém, de forma problemática e conflituosa, na maneira como, através da linguagem, partilhamos o sensível³, partilhamos nossa percepção do que seja ruído e do que seja linguagem, do que seja visível ou invisível, do que seja ou não possível na cena pública.

Para percebermos essa “política antes da política”, esse *desentendimento* ao fundo da política, talvez, seja necessário nos atentar para uma figura limítrofe, o mediador: trata-se do jovem encapuzado que, entre ameaçador e acuado, lê o comunicado no vídeo, porta um discurso que lhe escapa, que lhe parece impróprio. Esse discurso, no limite do inteligível, nos leva à gênese da política, a sua origem estética.

Entre o ruído e a palavra

Logo à primeira vista, o que chama atenção no vídeo do PCC, veiculado pela Globo, é a mensagem lida pelo jovem: composta por fragmentos de leis e por palavras

³ RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*: Estética e Política. São Paulo: Editora 34, 2005.

de ordem, o discurso soa estranho no universo televisivo. A estranheza é reforçada pela leitura truncada e por uma câmera instável, amadora. A discrepância entre a precariedade da leitura e a especialidade do texto gera um alheamento por parte de quem lê e uma dificuldade de entendimento por parte de quem acompanha o discurso.

Mas, para além do próprio sentido do texto, há um *desentendimento* anterior, a que o vídeo nos remete: ele diz respeito à própria linguagem, à linguagem vista aqui como lugar da política. Sabemos com Rancière que toda política constrói (e, ao mesmo tempo, *se* constrói) a partir de uma *partilha do sensível*, em seu duplo sentido: o que se divide e o que se torna comum. “A política é primeiramente o conflito em torno da existência de uma cena comum, em torno da existência e a qualidade daqueles que estão ali presentes”⁴. Há, portanto, ao fundo da política, esse *desentendimento* acerca do que existe e do que não existe, do que é dito e do que será ouvido como palavra, do que é percebido ou não, do que faz parte da cena ou dela está excluído.

Dessa perspectiva, há uma *gênese estética da política*: o momento em que a voz, que apenas indica dor e sofrimento, se faz *linguagem* – palavra manifesta – nos permitindo distinguir entre o útil e o nocivo, o justo e o injusto, o bem e o mal. Será Aristóteles (lembrado por Rancière e Agamben) quem primeiro identifica este fundamento estético da *pólis*:

Único entre todos os animais, o homem possui a palavra. Sem dúvida, a voz é o meio pelo qual se indica a dor e o prazer. Por isso pertence aos outros animais. A natureza deles vai só até aí: possuem o sentimento da dor e do prazer e podem indicá-lo entre si. Mas a palavra está aí para manifestar o útil e o nocivo e, por consequência, o justo e o injusto. É isso que é próprio dos homens, em comparação com os outros animais: o homem é o único que possui o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto. Ora, é a comunidade dessas coisas que faz a família e a polis.⁵

⁴ RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*: Política e Filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 39-40.

⁵ Aristóteles citado por RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*: Política e Filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 17.

A política nasce então de um deslocamento sensível: “a passagem da voz à linguagem”.⁶ Essa passagem se apresenta na forma da percepção, do reconhecimento de uma existência, de uma voz que pode, agora, ter nome e razão: aqueles que passam a existir pela palavra, aqueles cujo murmúrio torna-se reconhecível como linguagem, distinção de um *logos*.

Ora, o discurso do jovem encapuzado, no limiar de ser ouvido como palavra, como linguagem, nos leva a essa origem na qual a estética se encontra com a política. Porta-voz ainda sem voz (mas já um porta-voz), o que o jovem comunica é a própria linguagem: mais do que a reivindicação enviezada que ele expressa, seu discurso quer principalmente ser percebido como discurso. Por isso, o seqüestro, cujo resgate é algo que fora anteriormente seqüestrado: a linguagem.

O encapuzamento

A mediação do jovem encapuzado é uma mediação paradoxal, que opera por meio da exclusão. Melhor, ela se inclui, se torna visível, através de uma exclusão. O encapuzamento é a forma emblemática desta mediação.

Antes, vale observar que esse trânsito entre o dentro e o fora, entre o espaço aberto (público) e o espaço fechado (a prisão) está na base das estratégias do PCC. Por meio das tecnologias de comunicação móvel, o Primeiro Comando torna permeáveis o espaço de confinamento e o espaço público, a presença e a telepresença, a fixidez e a mobilidade. É assim que, por meio dos celulares, de seu uso tático, os líderes do PCC comandam à distância, tornam-se nômades, ganham mobilidade, mesmo estando presos. Ao fazê-lo, o grupo se inclui pela exclusão: estão presos, segregados, excluídos da vida social, mas é, justamente, através desta exclusão que eles se incluem. Sua atuação se torna ambígua, fugidia, difícil de controlar pelos poderes institucionais e normativos.

⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 15.

Voltemos, então, à estratégia do encapuzamento. No momento em que nos interessamos pelos anônimos – dos programas de TV ao documentário – seria produtivo nos atentar para este complexo anonimato: se o anônimo é “sem nome”, desconhecido, o jovem encapuzado é sem nome e sem rosto. Porque, para aparecer no espaço público midiático, ele precisa desaparecer por trás do capuz. Para se incluir na política, ele precisa, concretamente, se excluir, escondendo o rosto.

De fato, rostos cobertos aparecem com cada vez mais frequência nos noticiários e esta parece ser uma estratégia que, apesar de antiga, ganha relevância no contexto atual. Além de esconderem sua identidade como forma de escapar à represália, os encapuzados – sejam ativistas, sejam criminosos – criam um efeito de mídia de alta eficácia política e comunicacional. Ganham visibilidade sem revelar sua identidade.

O rosto encapuzado é inapreensível em seu anonimato. Afirma sua singularidade negando-a em um só gesto. Rostos singulares, mas, ao mesmo tempo, rostos sem qualidade, sem propriedade, no limite entre o que é e o que pode ser. Nessa zona de indistinção, o rosto se torna implicado, ligado a uma experiência específica – o vídeo-sequestro do PCC – e, simultaneamente, abstraído dessa experiência: plástico, moldável, lacunar, este rosto é passível de abrigar outros rostos possíveis.

Encapuzado, o rosto mantém-se ali, nessa zona indiscernível: entre aparecer e desaparecer, quase visível e quase invisível, nem totalmente visível nem totalmente invisível. Situa-se *entre* e, assim, introduz um elemento de indeterminação que faz a informação oscilar. Este é um gesto estético e político que introduz um segredo, uma dúvida, uma lacuna, onde o que se espera é informação. Afinal, o que nos informam estes olhos que nos olham na imagem – o resto do rosto escondido sob o capuz – a não ser sua exclusão, seu próprio segredo, sua própria invisibilidade?

Exclusão da linguagem e da partilha do sensível que ela estabelece: um exílio semiótico do sujeito, que não reconhece mais a linguagem como sua morada. O gesto de cobrir o rosto funciona aqui, em contrapartida, como uma reapropriação: a linguagem é literalmente encarnada, incorporada. E, por isso mesmo, esse gesto só

pode ser compreendido por meio de uma pragmática, que não dissocie o dizer/mostrar (a imagem do meu rosto encapuzado) do fazer (vestir o capuz, me mostrar escondendo).

Este é, então, um *rostro por vir*. Com outros encapuzados, ele sugere uma comunidade: a dos homens e mulheres sem rosto, que fazem da desapareção sua possibilidade de existir na cena pública. Mas esta só pode ser uma “comunidade que vem”⁷, comunidade inessencial, sempre por se fazer. O que liga seus membros não é uma identidade, mas um gesto (discurso e ato): aparecer com o rosto coberto e assim reivindicar sua parcela na maneira como, ao fundo da política, o sensível é partilhado.

Capitalismo semiótico

Como procuramos mostrar, com Rancière e Agamben, a política se funda juntamente com a linguagem – quando passamos da voz à palavra, quando passamos da invisibilidade à visibilidade na *polis*. Ao mesmo tempo, sabemos como, hoje mais do que nunca, é no âmbito da linguagem que o capitalismo contemporâneo atua. Porque o nosso é um capitalismo semiótico, que se interessa pela linguagem, pelos seus limites e deslimites, suas materialidades e inventividades. Capitalismo semiótico e, principalmente, estético: ele atua, cada vez mais intensamente, no domínio do sensível, dos afetos e das afecções, domínio da *infância* da linguagem⁸: limiar próximo à experiência, onde a linguagem se cria, se reinventa, se monta e se desmonta.

Interessando-se mais pelos processos sígnicos do que pelos produtos materiais, o capitalismo opera uma expropriação, um seqüestro da linguagem: esta se torna, pouco a pouco, alheia à nossa experiência. Como se não nos pertencesse, a linguagem passa ao domínio do marketing, da mídia, dos *experts*, dos técnicos, dos consultores, dos especialistas. Nesse universo de trânsito de informações e imagens, muitas vezes, temos a sensação de que a linguagem não nos é mais própria, de que

⁷ AGAMBEN, Giorgio. *A comunidade que vem*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

⁸ AGAMBEN, Giorgio. *Infancia e história: ensayo sobre la destrucción de la experiencia*. Córdoba: Adriana Hidalgo Editora, 2003.

aquilo que nos dizem e o que dizemos é alheio a nossa experiência concreta. Como se, em sua extrema abstração, ela tivesse perdido a gravidade e se desprendido dos corpos e de suas vivências. É em um único processo que nossos gestos se automatizam e nossa linguagem se abstrai de nós mesmos.

Esta é a dificuldade da política hoje: ao mesmo tempo em que tomamos consciência da linguagem como lugar da política, somos dela expropriados pela mídia, pelo marketing, pela expertise.

Voltemos logo ao início do texto. Dizíamos: a história é a diferença que se defasa no interior da repetição e a repetição que se preserva ao fundo de toda diferença. A imagem é o lugar dessa dialética⁹. Se as ações do grupo PCC nos causam incômodo, se a sua inserção na política é difícil, há algo a ser apreendido nesse vídeo-sequestro: ele é um amálgama que explicita o anacronismo e a virtualidade de todo processo histórico (aí talvez sua maior violência). Nesse lapso entre o anacrônico e o virtual, a política se faz. Ela é a fissura que nasce de um encontro dissensual, de uma cisão no tempo, de um corte no espaço.

Ironicamente, a democracia, tal como vem sendo propagandeada à direita e à esquerda, se tornou a defesa do consenso, mas um consenso que deve ser buscado a qualquer preço. Seja por meio da mídia, do direito internacional, seja por meio da guerra, nega-se o dissenso, produz-se uma ordem consensual, na qual a diferença se anula, se apaga, se modula, se controla e se consome. Como podem ser violentas as estratégias da democracia! Elas são capazes de forjar uma visibilidade consensual, na qual o dissenso aparece para, imediatamente, desaparecer, dilui-se em um mar de indiferenças (a televisão, o Youtube...). A democracia, garantida hoje pela defesa de uma “justiça infinita”, faz da diferença (e do campo de possibilidades que ela pode entreabrir) um assunto para as organizações humanitárias ou para as políticas de segurança.

⁹ Sobre a noção de “imagem dialética” ver BENJAMIN, Walter. *Reflexions théoriques sur la connaissance, théorie du progrès*. In: Benjamin, W. Paris, Capitale du XIXe Siècle: le livre des passages. Paris: Les Editions du Cerf, 2006. E ainda: DIDI-HUBERMAN, Georges. *Devant le temps*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2000.

Ao final das contas, a estratégia do PCC foi anulada: como se colocado entre parênteses, o vídeo não repercutiu muito além de sua incômoda aparição, tornou-se algo exótico, alvo de juízos morais e discursos policialescos. Ainda assim, o jovem encapuzado que apareceu – sem corte! – durante três minutos da programação da Globo, nos permite vislumbrar a face de um anjo. Acuado entre poderes anacrônicos, maneja uma câmera de vídeo caseira e lê um texto que lhe parece alheio: ele é o *mediador*.¹⁰ Ele é o *excluído*, um ator conflitual, portador de um direito ainda inexistente.¹¹ Ele é o *in-fans* que faz da linguagem jogo, performance, experiência, risco.¹² Ele é o anjo, preso ao tempo real televisivo, confinado no lapso mínimo, restrito, entre o anacrônico e o virtual. A sua é uma escritura difícil, violenta: “seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas”¹³, seu rosto encapuzado.

¹⁰ SERRES, Michel. *A Lenda dos Anjos*. São Paulo: Ed. Aleph, 1995.

¹¹ RANCIÈRE, Jacques. *Malaise dans l'esthétique*. Paris: Galilée, 2004.

¹² AGAMBEN, Giorgio. *Infancia e história: ensayo sobre la destrucción de la experiencia*. Córdoba: Adriana Hidalgo Editora, 2003.

¹³ BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: Benjamin, W. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. *Infancia e história: ensayo sobre la destrucción de la experiencia*. Córdoba: Adriana Hidalgo Editora, 2003.

AGAMBEN, Giorgio. *A comunidade que vem*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: Benjamin, W. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: Estética e Política*. São Paulo: Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *Malaise dans l'esthétique*. Paris: Galilée, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: Política e Filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

SERRES, Michel. *A Lenda dos Anjos*. São Paulo: Ed. Aleph, 1995.